

# **As Plantas e os Portugueses**

**Património Tradição Cultura**

## **Índice**

Introdução

Cultura Imaterial

Cultura Material

Considerações Finais

Para Saber Mais

Nomes Científicos das Plantas

## Introdução

### Botânica Económica e Etnobotânica

Há cerca de 25 mil anos, no local que hoje conhecemos como Abrigo do Lagar Velho, perto de Leiria, um grupo de humanos enterrou o corpo de uma criança, embrulhado numa mortalha tingida de ocre vermelho. Deixaram-lhe oferendas – conchas, dentes de veado, um coelho – que, provavelmente, se destinavam a proteger a criança na nova etapa do seu ciclo vital. O esqueleto da «Criança do Lapedo» foi encontrado em 1998 e representa, no nosso país, a mais importante descoberta arqueológica do Paleolítico Superior. Apresenta características osteológicas do homem de *Cro-Magnon* (*Homo sapiens*) e do homem de Neandertal (*Homo neanderthalensis*) que põem em causa os conhecimentos sobre o processo de extinção deste último, o qual poderá ter sido assimilado por cruzamento com os humanos mais evoluídos. Note-se que quem enterrou a «Criança do Lapedo» teve o cuidado de a colocar sobre folhas carbonizadas de pinheiro-silvestre. Embora trágico, este é um dos primeiros exemplos do uso cultural das plantas, nos alvares da presença humana em Portugal.

Os homens e as mulheres que iniciaram a colonização daquele que é actualmente o território português terão encontrado uma importante reserva de hidratos de carbono nas bolotas dos carvalhos (glandes), em especial nas bolotas da azinheira, espécie a partir da qual se obtêm sementes ligeiramente adocicadas e sem a adstringência encontrada em outras sementes de carvalhos. A agricultura em Portugal poderá ter-se iniciado há cerca de 7500 anos, com a chegada por mar de povos oriundos do Mediterrâneo oriental que introduziram o cultivo de leguminosas e de cereais, seguindo um sistema ascético de agricultura de subsistência. A conquista romana do território nacional trouxe uma agricultura mais sofisticada, assim como a civilização muçulmana que antecedeu o estabelecimento do reino português, com o Tratado de Zamora, em 1143. Nos séculos seguintes, a agricultura portuguesa nunca teve excedentes, e o abastecimento de cereais foi sempre uma preocupação para a coroa portuguesa, devido aos poucos solos nacionais com capacidade agrícola relevante. Com as fronteiras continentais definidas entre os emissários do rei D. Dinis de Portugal (1261-1325) e do rei Fernando IV de Castela (1285-1312) – como era menor de idade, quem governava

era a rainha Maria de Molina (c. 1265-1321) –, na localidade de Alcanizes, perto de Zamora (Tratado de Alcanizes, em 1297), a procura de novos territórios era, para os Portugueses, muito limitada. Embora na Península Ibérica ainda houvesse um reino muçulmano para reconquistar – Granada capitulou apenas em 1492, no final das campanhas militares dos Reis Católicos –, este era considerado uma zona de influência de Castela e Aragão, e, portanto, a eventual intromissão portuguesa iria, certamente, gerar potenciais tensões políticas e militares com esses reinos cristãos, em especial com Castela, facto que não era favorável à estabilidade de Portugal. A contínua necessidade de cereais, entre outros motivos económicos, políticos e religiosos, impeliu os Portugueses, no século xv, até ao Norte de África, e à conquista de praças como Ceuta (1415), Alcácer-Ceguer (1458), Arzila (1471) e Tânger (1471), que eram importantes entrepostos comerciais de produtos agrícolas, entre os quais o trigo, mas também de mercadorias exóticas que provinham do Oriente e da África subsariana.

Nos séculos xvi e xvii, a Europa assistiu, maravilhada e atónita, à introdução de plantas provenientes dos Mundos Novos que os Portugueses e os Espanhóis encontraram na Ásia e nas Américas. Durante essa idade de ouro da Botânica, foram introduzidas, em Portugal, plantas americanas, como, por exemplo, o milho, a batata, o tomate, o pimento e o tabaco, que, nos séculos seguintes, seriam integradas nas práticas agrícolas portuguesas, onde tiveram elevada importância económica e cultural, nomeadamente o milho, no Minho, e as batatas, em Trás-os-Montes. Da Ásia, vieram as plantas mais emblemáticas da história da Expansão Portuguesa: as especiarias. Contudo, nenhuma espécie produtora de especiarias foi alguma vez cultivada no nosso país, devido à ausência de condições edafoclimáticas (clima e solo) adequadas. Os Muçulmanos haviam já introduzido plantas asiáticas no Sul da Península Ibérica, como a laranjeira-amarga e a alfarrobeira, árvores que tiveram especial importância na história económica do Algarve, região portuguesa que durante mais tempo se manteve sob a administração de povos islâmicos. Da Ásia, os Portugueses também trouxeram a laranjeira-doce, que, desde o nosso país, seguiu para o resto da Europa, daí que, em algumas línguas, o nome do fruto tenha ficado etimologicamente ligado ao nome de Portugal: em grego, *portokáli*; em albanês, *portokalli*; e em romeno, *portocale*.

Até ao século xx, a sociedade portuguesa era maioritariamente rural e, como tal, todas as actividades diárias se desenvolviam em torno das plantas, sendo essencial um amplo conhecimento sobre as suas propriedades e potenciais usos. Este saber era necessário para manter o equilíbrio social ligado ao fluxo contínuo de produtos derivados de plantas, não só para a alimentação humana e animal, mas também para satisfazer outros fins relacionados com a cultura material.